

O Ensino do Urbanismo na Europa e o Processo de Bolonha

Associação Europeia das Faculdades de Urbanismo reconhece o princípio dos 1º e 2º ciclos (3+2) para o ensino específico do Urbanismo e do Ordenamento do Território

Semanário, 24 março 2006

Mário Moutinho

Tão importante quanto a definição dos níveis de ensino, ou a adopção do novo sistema de créditos (ECTS), que são as manifestações mais visíveis e faladas do processo de Bolonha, é a oportunidade única que têm agora as universidades portuguesas para repensarem as suas actividades, afirmando-se como recursos para o desenvolvimento do País. Mas para isso seria necessário, com sentido de responsabilidade, reconhecerem a existência, mesmo que tardiamente de áreas de formação novas ou em mudança, ou mesmo noutros sítios há muito consolidadas.

É nesta perspectiva que a reunião da Associação Europeia das Faculdades de Urbanismo (AESOP)³ que teve lugar em Bratislava na passada semana, deve ser entendida como um marco fundamental para a reforma / consolidação do ensino do Urbanismo na Europa. Ficou reconhecido que a estrutura desta formação deve assentar no princípio dos dois ciclos de estudo a saber: Licenciatura de 3 anos seguida de Mestrado de 2 anos. Esta orientação sustenta os recentes novos cursos de Urbanismo, já reformulados no quadro de Bolonha, um pouco por toda a Europa sendo apresentados como exemplo o trabalho desenvolvido nalgumas das principais universidades europeias tais como: Technische Universität Hamburg, Oxford Brookes University, Technische Universität Wien, Università degli Studi di Roma La Sapienza, Stockholm University School of Planning. Em todas estas universidades o ensino do Urbanismo é assumido como uma área disciplinar perfeitamente consolidada e já se encontra reformulado de acordo com Bolonha.

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias também apresentou a adequação a Bolonha da sua anterior Licenciatura em Urbanismo e Ordenamento do Território respeitando a estrutura do 1º ciclo (Licenciatura) com a duração de 3 anos, seguida pelo 2º ciclo (Mestrado) com a duração de 2 anos

Em todas elas trata-se de cursos específicos de Urbanismo cujos planos de estudo se referem sem qualquer dúvida aos documentos de orientação sobre esta matéria produzidos desde há vários anos por diferentes entidades europeias.

Lamentavelmente a maioria das universidades portuguesas mantêm-se até darem sinal contrário, alheadas deste processo julgando que o Urbanismo e o Ordenamento do Território são assuntos marginais da Arquitectura, da Geografia ou da Engenharia Civil apesar de ser flagrante o resultado catastrófico que esta atitude tem causado ao País. Das universidades não chegaram às Câmaras ou à Administração Central ou ao exercício da profissão liberal, os quadros necessários e devidamente qualificadas que o País precisava e continua a precisar.

Obstinadamente por submissão às Ordens e aos compadrios “académicos” as Universidades não dão sinal de vida quanto à criação de formação específica em Urbanismo,

³ Associação internacional fundada em Dortmund, na Alemanha em 1987, com o objectivo de representar as faculdades de urbanismo actuando no desenvolvimento do ensino e da investigação nesta área disciplinar. Actualmente reúne 160 universidades e departamentos de Urbanismo e Ordenamento do Território em 35 países.

que mais não fosse pela simples razão que o País está num caos urbanístico total e num grau quase irreversível de desordenamento territorial. Antes preferem remendar os cursos de Arquitectura, de Geografia ou de Engenharia civil com cadeiras avulso e variantes. Uma especie de golpe de magia para formar com um só curso duas profissões. E agravando a situação, estas medidas não são feitas tendo em vista um desempenho mais qualificado como Arquitectos, Geógrafos ou Engenheiros civis, mas com o tino dos futuros “licenciados” exercerem a profissão de Urbanistas para a qual não obtiveram evidentemente a necessária formação específica !!!

E isto, apesar do reconhecimento da urgente necessidade de regulamentar esta profissão, expresso por todos os Partidos em Reunião Plenária da Assembleia da República de Dezembro de 2004, em consequência da intervenção da Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses (APROURB), e em relação à qual o actual Governo também não faz o que lhe competia. Como noutras situações “fazem-se de mortos” para ver se escapam às suas responsabilidades !!!

Pensam que é assim que vão arranjar trabalho para a metade dos 13.000 arquitectos desempregados (!!!) mesmo sabendo-se que há mais 9000 jovens a frequentar cursos de arquitectura e por conseguinte também a caminho do desemprego. Dentro de 5 anos, basta fazer as contas, em Portugal haverá perto de 20.000 arquitectos. Ao menos serão desempregados, mas Arquitectos (...)

Não seria mais que tempo para que as Universidades públicas (subsidiadas) contrariando submissões corporativas inaceitáveis, criassem finalmente os cursos de Urbanismo que o País tanto precisa, no quadro de Bolonha (3+2+3), de acordo com as orientações europeias sobre os conteúdos programáticos e a exemplo daquilo que de bem se está fazendo por toda a Europa?

Mas por este caminho, e nesta área tão carente, bem pode o Senhor Ministro Mariano Gago ficar à espera da tão falada, mas também tão mal amada Inovação nas nossas universidades.